

Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado

Reinaldo Gonçalves¹

Resumo

O objetivo geral deste artigo é discutir a evolução da formulação político-ideológica de desenvolvimento econômico conhecida como novo desenvolvimentismo. O objetivo específico é demonstrar a hipótese de que o novo desenvolvimentismo exprime o compromisso entre as diretrizes estratégicas do liberalismo e a intervenção estatal focada na estabilização macroeconômica e, portanto, é mais uma versão de liberalismo enraizado. O novo desenvolvimentismo está muito distante do nacional-desenvolvimentismo e muito próximo do Consenso de Washington Ampliado.

Abstract

The general objective of this article is to discuss the evolution of the political and ideological formulation of economic development known as new developmentalism. The specific objective is to demonstrate the hypothesis that the new developmentalism expresses the compromise between the strategic guidelines of liberalism and the state interventionism focused on macroeconomic stabilization and, therefore, it is only a version of embedded liberalism. The new developmentalism is very far away from the national developmentalism and quite close to the Amplified Washington Consensus.

Palavras-chave

Novo desenvolvimentismo; liberalismo enraizado; nacional desenvolvimentismo; Consenso de Washington; Pós-Consenso de Washington; Consenso de Washington Ampliado.

Key-words

New developmentalism; embedded liberalism; national developmentalism; Washington Consensus; Post-Washington Consensus; Amplified Washington Consensus.

Introdução

- 1. Mercantilismo: raízes**
- 2. Nacional-desenvolvimentismo: original**
- 3. Desenvolvimentismo latino-americano: cópia infiel**
- 4. Novo Desenvolvimentismo: revisionismo**
- 5. Síntese**

¹ Professor titular da UFRJ. E-mail: reinaldogoncalves1@gmail.com.

Portal: <http://reinaldogoncalves.blogspot.com.br/>.

Introdução

No atual debate brasileiro sobre novo desenvolvimentismo há duas agendas de investigação. A primeira deriva do fato de que o conceito foi apropriado politicamente para destacar a (falsa) inflexão no processo de desenvolvimento econômico brasileiro, as (pretensas) mudanças estruturais e o desempenho econômico do país durante o governo Lula. O intuito desta apropriação (indevida) é diferenciar o governo Lula da experiência neoliberal e do desempenho do governo FHC.

Alguns trabalhos identificam traços distintivos do governo Lula que são próprios do desenvolvimentismo: (i) grandes transformações (Sader e Garcia, 2010); e, (ii) reversão de tendências estruturais (Mercadante-Oliva, 2006). Barbosa e Dias (2010) argumentam a respeito da predominância da visão desenvolvimentista nas políticas do governo a partir de 2005. Morais e Saad-Filho (2011), seguem esta mesma linha e identificam “sucesso amplo e significativo” e, de forma muito simplificada, associam crescimento e distribuição de renda com novo desenvolvimentismo. No entanto, somente a tese de doutorado de Mercadante-Oliva associa, ainda que de forma superficial, o desempenho da economia brasileira ao novo desenvolvimentismo. Não é nosso objetivo mostrar os argumentos contraditórios e equivocados presentes neste conjunto de artigos.

Conforme demonstrado em Gonçalves (2012), a experiência de desenvolvimento econômico brasileiro durante o governo Lula expressa um projeto que se pode denominar Desenvolvimentismo às Avessas; ou seja, é ausência de transformações estruturais que caracterizam o projeto desenvolvimentista. Durante o governo Lula os eixos estruturantes do nacional desenvolvimentismo foram invertidos. O que se constata claramente é: desindustrialização, dessubstituição de importações; reprimarização das exportações; maior dependência tecnológica; maior desnacionalização; perda de competitividade internacional, crescente vulnerabilidade externa estrutural em função do aumento do passivo externo financeiro; maior concentração de capital; e crescente dominação financeira, que expressa a subordinação da política de desenvolvimento à política monetária focada no controle da inflação. No que se refere ao desempenho macroeconômico, também se demonstrou que, se é verdade que no governo FHC a economia brasileira teve desempenho medíocre, também é verdade que no governo Lula este desempenho foi fraco, tanto pelos padrões históricos do país, como pelo padrão internacional contemporâneo (Gonçalves, 2010).

A segunda agenda é constituída por alguns trabalhos acadêmicos em que o conceito é usado para expressar formulações teóricas de projetos de desenvolvimento econômico e para diferenciá-las daquelas próprias ao antigo nacional-desenvolvimentismo, ao neoliberalismo e à ortodoxia convencional (Bresser-Pereira, 2006; Bresser-Pereira, 2012; Sicsú, Paula e Michel, 2005). Neste grupo há também aqueles que se apropriam do termo novo desenvolvimentismo para combinar propostas de *mix* de políticas econômicas com *export-led growth* (modelo de crescimento liderado pelas exportações) (Bresser-Pereira e Gala, 2010; Oreiro, 2012).

A maior parte dos trabalhos sobre novo desenvolvimentismo é de autoria de Bresser-Pereira e seus associados. Carneiro (2012.a) faz referência ao “social-desenvolvimentismo, com origem na Unicamp e na UFRJ. Como a qualificação sugere, nessa estratégia o social é o eixo do desenvolvimento e isto se daria pela centralidade

do mercado interno via ampliação do consumo – de bens públicos e privados – das massas. Nessa vertente se propõe a subordinação das políticas macroeconômicas às de desenvolvimento e o maior peso do Estado.” A perspectiva social-desenvolvimentista parece se assentar no binômio “crescimento sustentado com equidade social” (Diniz, 2011, p. 513).² Entretanto, pesquisa da literatura não resulta em um conjunto de contribuições que poderiam ser classificadas como social-desenvolvimentistas nas universidades mencionadas. Por exemplo, a coletânea organizada por Sicsú, Paula e Michel (eds.) (2005) é um mosaico de trabalhos extraordinariamente heterogêneos, inclusive, divergentes; e boa parte com foco em questões macroeconômicas de curto prazo.³ Muito provavelmente a referência de Carneiro (2012.a) abarca trabalhos também heterogêneos realizados durante o governo Lula que pretendem identificar traços desenvolvimentistas neste governo e seguem as linhas gerais apresentadas por Mercadante-Oliva (2006) e Mercadante-Oliva (2010). Este último é tese de doutoramento na Unicamp em que o conceito de (novo) desenvolvimentismo é tratado superficialmente.⁴

No que se refere à segunda agenda (formulações teóricas), pode-se levantar os seguintes argumentos: (i) o novo desenvolvimentismo, como projeto político e ideológico, é muito distinto da concepção nacional-desenvolvimentista, seja a original formulada e implementada em países como Estados Unidos e Alemanha, seja a cópia infiel latino-americana (*desarrollismo*); (ii) o novo desenvolvimentismo tem convergências com o Consenso de Washington e o Pós-Consenso de Washington; e (iii) o novo desenvolvimentismo é apresentado como um “programa alternativo ao projeto monetarista neoliberal”, contudo ele incorpora elementos que estão presentes na concepção liberal de desenvolvimento.

Estes argumentos nos remetem à hipótese central deste artigo: o novo desenvolvimentismo é mais uma versão do liberalismo enraizado (*embedded liberalism*), da mesma forma que o Consenso de Washington, o Pós-Consenso de Washington e as formulações da Nova Cepal.

O *embedded liberalism* expressa o compromisso entre as diretrizes estratégicas do liberalismo e a intervenção estatal orientada para a estabilização macroeconômica (Rugie, 1982). Este compromisso aparece no século XX, mais precisamente no Pós-Segunda Grande Guerra. Os países desenvolvidos, sob a hegemonia dos Estados Unidos, geram o “liberalismo enraizado” que expressa o compromisso entre, de um

² Ocorre que o “social-liberalismo” também tem como diretriz básica o crescimento com redução da pobreza. Portanto, cabe a hipótese de que, pelo menos parte, do social-desenvolvimentismo seja, de fato, mais uma versão de social-liberalismo.

³ Os próprios editores reconhecem a heterogeneidade e divergência dos trabalhos (Sicsú, Paula e Michel, eds., 2005, p. xxxv).

⁴ Classificar como “desenvolvimentismo de esquerda” um conjunto de trabalhos heterogêneos, como faz Fiori (2012.d), é certamente um erro, mesmo que esta classificação se refira ao subconjunto de trabalhos realizados no Instituto de Economia Unicamp, onde a influência do keynesianismo muito provavelmente gerou trabalhos na direção do social-liberalismo. Associar o pensamento de esquerda com a grande maioria dos trabalhos realizados no Instituto de Economia da UFRJ é outro erro. Deve-se destacar que a maior parte dos trabalhos sobre novo desenvolvimentismo é de autores vinculados à Fundação Getúlio Vargas em São Paulo ou, então, são de associados de Bresser-Pereira que estão em outras universidades. Vale notar que a *Revista de Economia Política*, editada por Bresser-Pereira, é o veículo mais usado para divulgação dos trabalhos na linha novo desenvolvimentista.

lado, o livre comércio de produtos, a livre circulação de capitais no sistema econômico internacional e a promoção de uma ordem internacional assentada no multilateralismo; e, de outro, a intervenção do estado nas suas funções alocativa, distributiva, reguladora e, principalmente, estabilizadora. Isto é, na arena internacional as diretrizes estratégicas são dadas pelo liberalismo enquanto que no plano nacional a intervenção estatal é o eixo estruturante do processo de desenvolvimento econômico no Pós-Segunda Grande Guerra. Este compromisso perdurará até os anos 1970 quando houve ruptura com o sistema de Bretton Woods (padrão ouro-dólar), choque do petróleo e neoprotecionismo baseado nas medidas não-tarifárias.

O liberalismo enraizado reaparecerá na América Latina nas formulações do Pós-Consenso de Washington e da Nova Cepal (formulações da Comissão para América Latina e o Caribe) na última década do século XX e, conforme pretendemos demonstrar neste artigo, no novo desenvolvimentismo na primeira década do século XXI.

O objetivo geral deste artigo é discutir a evolução da formulação político-ideológica de desenvolvimento econômico conhecida como novo desenvolvimentismo. O objetivo específico é analisar criticamente a segunda agenda, ou seja, o novo desenvolvimentismo como formulação teórica recente no Brasil, e demonstrar a hipótese do novo desenvolvimentismo como mais uma versão do liberalismo enraizado.

Examina-se, inicialmente, a origem do desenvolvimentismo e, portanto, são discutidas as características do mercantilismo nos séculos XVII e XVIII e do nacional-desenvolvimentismo original (ou neomercantilismo) nos séculos XVIII e XIX. O contraste com o liberalismo é fundamental tendo em vista a centralidade do papel do estado e do comércio exterior no mercantilismo e no nacional-desenvolvimentismo original. Passa-se, em seguida, para breve análise da cópia infiel do nacional-desenvolvimentismo (*desarrollismo*) que é executada na América Latina a partir dos anos 1930. O artigo prossegue com a avaliação crítica do novo desenvolvimentismo, nas versões brasileiras do início do século XXI. A última seção apresenta síntese das principais conclusões.

1. Mercantilismo: raízes

As raízes do pensamento desenvolvimentista no Brasil e na América Latina estão nas ideologias e políticas de desenvolvimento econômico associadas ao mercantilismo. Este conceito abarca inúmeras teorias e experiências heterogêneas de desenvolvimento a partir do século XVII (Heckscher, 1935). Conforme destaca Schmoller (1884, p. 76) em seu estudo clássico sobre o tema “os ideais do Mercantilismo, embora possam ser apresentados de forma exagerada e expressos de forma simplificada em teorias econômicas de alcance limitado, significam na prática nada além da luta enérgica pela criação de um estado forte e de uma economia política robusta, e a derrubada de instituições econômicas locais e provinciais”.

Os registros de formulações e experiências são bastante conhecidos: na Grã-Bretanha nos séculos XVI (Henrique VIII e Elizabete I) e XVII (Robert Walpole); França no século XVII (Jean-Baptiste Colbert); Estados Unidos no final do século XVIII (Alexander Hamilton) e na primeira metade do século XIX (Henry C. Carey); e na Alemanha no século XIX (Friedrich List). Na Europa Central e na Escandinávia o desenvolvimento econômico que tem como base o mercantilismo é evidente depois da

Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Como denominador comum do mercantilismo clássico e do neomercantilismo há que se destacar o trinômio: nacionalismo, intervencionismo estatal e defesa da indústria.

Na realidade o mercantilismo é a reação contra a economia política herdada do período feudal e expressa as grandes transformações que ocorreram na segunda metade do século XVI e no século XVII, principalmente em decorrência do comércio exterior com a Índia e as Américas (Schmoller, 1884, p. 46). Ele é o fundamento intelectual do período de transição entre o feudalismo e o capitalismo. Ele expressa também o predomínio do capital mercantil em relação ao capital industrial e o papel protagônico do setor exportador na acumulação de riqueza.

O mercantilismo envolve diretrizes estratégicas claras e tem características marcantes: papel decisivo do estado (forte intervencionismo); estado absolutista (estado dominador – Hobbesiano)⁵; relação orgânica entre o poder do estado-nacional e a riqueza dos produtores e mercadores; e uso ativo da tributação e do endividamento público para acumulação de riqueza e geração de poder. No que se refere ao desenvolvimento econômico, a concepção mercantilista enfatiza o comércio exterior. Inclusive, o mercantilismo é descrito, de forma simplificada, pelo programa de 9 pontos apresentado por Hornick (1684, p. 223) (Quadro 1).

Quadro 1
Mercantilismo

| Mercantilismo: Estratégias e políticas | Programa de 9 pontos (Hornick, 1684) |
|--|---|
| ○ Tarifas elevadas principalmente manufaturados | 1. Pleno emprego de fatores de produção |
| ○ Comércio exclusivo com colônias | 2. Matéria-prima nacional orientada para indústria nacional |
| ○ Comércio: monopólio de barcos bandeira nacional | 3. Estímulo aumento PEA |
| ○ Concessão de monopólios em determinadas atividades | 4. Proibida a exportação de metais preciosos |
| ○ Desenvolvimento da força naval e marinha mercante | 5. Restrição à importação |
| ○ Subsídios às exportação | 6. Encorajar <i>barter trade</i> |
| ○ Proibição exportação de ouro e prata | 7. Importação focada nas matérias-primas para processamento no país |
| ○ Incentivos à produção industrial | 8. Estímulo ao escoamento do excedente de produção para o mercado externo |
| ○ Limitar salários | 9. Proibir a importação de bens produzidos no país |
| ○ Conteúdo nacional | |
| ○ Barreiras não-tarifárias | |

Fonte: Elaboração do autor.

O mercantilismo precede o liberalismo. Entretanto, como argumenta Heckscher (1935), ambos envolvem ruptura de paradigma ao compartilhar a ideia de que a economia política tem como eixos estruturantes a acumulação de riqueza e o aumento do poder da nação. Adam Smith é crítico contundente do mercantilismo no Livro 4 (capítulo 1) no seu livro clássico (*A Riqueza das Nações*, 1776).⁶ Entretanto, Smith

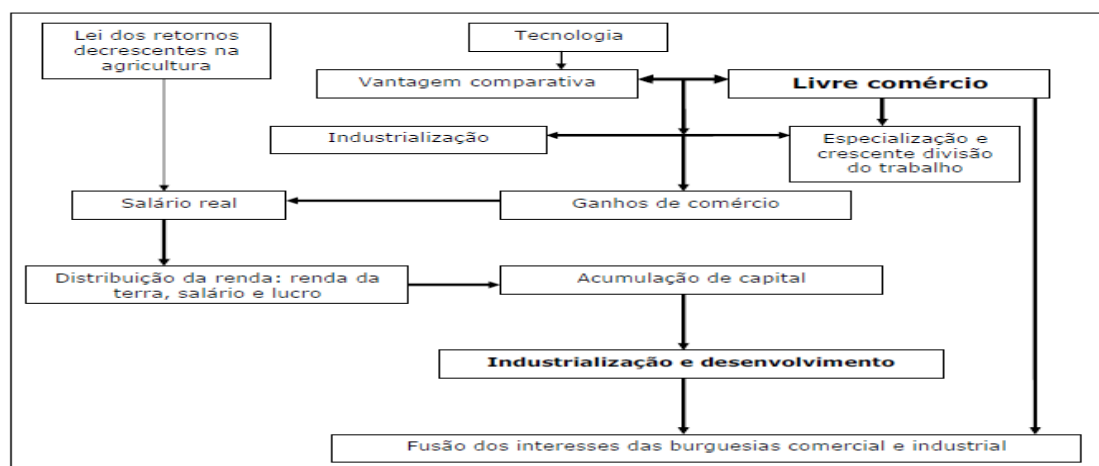
⁵ O estado Hobbesiano caracteriza-se por: (i) principal sujeito da ação social; (ii) neutralidade em relação às classes sociais; e (iii) *locus* da potência soberana. Segunda a concepção (Jean Bodin, 1576), a soberania (*majestas*) é absoluta, indivisível e perpétua.

⁶ Smith foca suas críticas no trabalho de Thomas Mun publicado em 1664. Mun é considerado um dos pioneiros do pensamento mercantilista. Mun (1664, capítulos 1 e 2) destaca o papel protagônico do comerciante-exportador e o papel central do superávit da balança comercial no processo de acumulação de riqueza. Entretanto, ele reconhece que pode haver divergências entre os interesses dos

(1776, p. 352) compartilha com o mercantilismo a concepção de que “o principal objeto da economia política de todo o país é o aumento da riqueza e do poder desse país.” Naturalmente, o contraste entre mercantilismo e liberalismo é marcante e está centrado na convergência *versus* falta de convergência entre interesse individual e interesse coletivo. Ainda como diferença marcante, cabe mencionar que o pilar central do mercantilismo é a rivalidade interestatal na arena internacional. Na concepção mercantilista o comércio internacional é entendido como jogo de soma zero (Kirshner, 2001, p. 1009).

O princípio da vantagem absoluta (custos absolutos) de Smith e o princípio da vantagem comparativa (custos relativos) de David Ricardo colocam em segundo plano as rivalidades interestatais. Eles permitem concluir que, sob determinadas condições, o comércio internacional é jogo de soma positiva tendo em visto os ganhos de comércio (ganhos de bem-estar derivados da eficiência alocativa). David Ricardo, nos seus *Princípios de Economia Política* de 1817, é o intelectual orgânico da industrialização britânica assentada no liberalismo econômico. A diretriz básica é, sem dúvida alguma, o livre comércio. Com base na teoria da vantagem comparativa, Ricardo advoga a especialização no comércio que causa a eficiência alocativa e o aumento da renda da economia aberta. Ainda como implicações do livre comércio, a teoria ricardiana destaca que o livre comércio evita o efeito dos rendimentos decrescentes da terra e, portanto, impede a elevação dos preços dos produtos agrícolas. Em consequência, há redução da pressão sobre o salário e aumento dos lucros, que estimulam a acumulação de capital. As relações entre livre comércio, especialização, industrialização e desenvolvimento econômico, segundo o liberalismo, são apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2
Liberalismo econômico: livre comércio, industrialização e desenvolvimento



Os economistas clássicos que adotaram o liberalismo têm, naturalmente, como eixo estruturante do seu pensamento a convergência entre interesses individuais e interesses coletivos; portanto, eles defendem o papel de ator coadjuvante para o estado. Esta convergência atua como uma “mão invisível”, que na realidade é o

comerciantes e do país. Outro economista britânico na tradição mercantilista é James Steuart (*Principles of Political Economy* de 1767), que defendia a intervenção estatal em vários setores.

sistema de livre mercado. Mercado é entendido como o *locus* de encontro de duas forças independentes, oferta e demanda.

Ainda que o liberalismo econômico tenha como um dos seus fundamentos os ganhos derivados do livre comércio, vale notar que tanto Adam Smith quanto David Ricardo eram suficientemente pragmáticos para separar as questões teóricas econômicas das questões práticas, sejam econômicas ou políticas. Por exemplo, Smith reconhecia a necessidade de intervenção estatal no comércio exterior em situações específicas: ameaça à segurança nacional; equalização tributária para bens domésticos e importados; retaliação no caso de barreiras comerciais injustas; e liberalização comercial gradual tendo em vista os ajustes estruturais (Watson, 2001, p. 931). Smith (1776, Livro II, capítulo 2) também defendia: gastos governamentais em educação e infraestrutura; política fiscal ativa com efeito distributivo; e uso da regulamentação, particularmente, no setor financeiro para controlar o que ele denominou os “efeitos do egoísmo” via fixação da taxa de juro e regulamentação financeira.

Os economistas clássicos também mostraram pragmatismo e flexibilidade ao reconhecer que a convergência do interesse individual e do interesse público requer arranjos jurídicos e institucionais (O’Brien, 1975). Da mesma forma que o *laissez-faire* não poderia impedir o avanço das reformas econômicas e sociais, o liberalismo econômico reconheceria as rivalidades inter-estatais e, portanto, os liberais não poderiam rejeitar a intervenção do estado nas relações econômicas internacionais.⁷

2. Nacional-desenvolvimentismo: original

O nacional desenvolvimentismo é a concepção neomercantilista do final do século XVIII e do século XIX. Ela parte do ponto, já mencionado por pioneiros do mercantilismo (e.g., Mun, 1684), que pode haver divergências entre os interesses do setor exportador e os interesses do país. Esta concepção destaca ainda a dimensão intertemporal da relação benefício-custo; ou seja, custos no curto prazo podem gerar benefícios no longo prazo. Na realidade, os neomercantilistas expandem a teoria ricardiana ao deslocar o foco da vantagem comparativa estática para a vantagem comparativa dinâmica. Em outras palavras, a vantagem comparativa pode ser criada. E cabe ao estado definir e implementar políticas segundo esta diretriz estratégica.

O nacional-desenvolvimentismo ou o neomercantilismo enfatizam a questão do padrão de comércio, as consequências da especialização em matérias primas e produtos agrícolas, e os ganhos derivados do comércio internacional (Kirshner, 2001; Jones, 2001). As duas principais referências do nacional desenvolvimentismo são Hamilton (1791) e List (1841). O primeiro teve grande influência na formulação das estratégias e políticas de desenvolvimento econômico dos Estados Unidos no final do século XVIII e no início do século XIX. List, por seu turno, é considerado como um dos principais intelectuais orgânicos do projeto de desenvolvimento da Alemanha na segunda metade do século XIX.

O nacional-desenvolvimentismo de Hamilton (1791) tinha como principal diretriz estratégica a substituição de importações via indústria nascente. Estas

⁷ A partir de 1820 os economistas clássicos da Grã-Bretanha defenderam a intervenção estatal nas colônias e na Irlanda. Esta intervenção abarcava: financiamento estatal à emigração; controle do aluguel e venda de terras; orientação setorial dos investimentos; investimento em infraestrutura; educação; e assistência social (O’Brien, 1975, p. 285-286).

diretrizes derivam da concepção de que a concorrência estrangeira impede a industrialização e, portanto, o desenvolvimento econômico.⁸ A intervenção estatal deve focar a constituição da indústria nascente via subsídio e proteção. A influência da visão nacional-desenvolvimentista foi extraordinária na história moderna dos Estados Unidos.⁹ O processo de liberalização comercial somente ocorreu após a Segunda Grande Guerra.¹⁰ Nos Estados Unidos a intervenção governamental sempre teve papel importante: protecionismo; promoção de pesquisas agrícolas (financiamento, criação de institutos de pesquisa e concessão de terras); financiamento de atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico; investimentos públicos em educação e infraestrutura; e compras governamentais, principalmente relacionadas à indústria de defesa (complexo industrial-militar) (Chang, 2004). Vale notar que estas medidas são estruturantes do processo de desenvolvimento e transcendem as políticas macroeconômicas reguladoras do nível de atividade econômica que foram usadas sobremaneira nos anos 1930.

O mercantilismo também teve forte influência na Alemanha desde o século XVII. O estado sempre desempenhou importante papel na promoção da convergência de interesses privados e interesses públicos. Tendo em vista a “balcanização” da Alemanha, o Tratado de Westfália de 1648 foi importante para a unificação política de 350 principados. De fato, o processo de unificação política está associado ao processo de industrialização no século XIX. List (1841) identificou os pontos fracos e o enorme potencial de desenvolvimento da Alemanha. A diretriz política era, sem dúvida, o nacionalismo. O enfoque de economia política levou Lista a combinar acumulação de riqueza com geração de poder. O primeiro tinha como pilar a industrialização assentada na indústria nascente, que dependia do protecionismo e de políticas de estímulo governamental (política industrial). No plano da política, a principal diretriz estratégica consistia na unificação dos principados alemães sob a hegemonia da Prússia. O longo processo de constituição da união aduaneira (Zollverein, 1828-88) foi o substrato econômico para a integração regional e a unificação política.

Assim, o nacional desenvolvimentismo na Alemanha teve no estado o principal instrumento de organização econômica nacional. O papel ativo e abrangente do estado envolveu não somente o protecionismo (têxtil etc.) como também estímulos à acumulação de capital (ferrovias etc.), progresso técnico (siderurgia, mineração etc.) e concorrência. A intervenção estatal foi ainda mais abrangente: estímulo à importação de mão de obra qualificada (britânicos e belgas); criação de empresas estatais (carvão, siderurgia, armamentos, ferrovias etc.); mudanças na organização da produção

⁸ A questão da indústria nascente é evidente quando Hamilton (1791, p. 84) argumenta sobre a “conveniência de fomentar o crescimento das manufaturas para qualquer comunidade que almeje uma economia permanente e a longo prazo. Do ponto de vista nacional, o aumento temporário do preço será sempre compensado pela sua redução permanente.”

⁹ A partir de meados do século XIX o nacional desenvolvimentismo nos Estados Unidos teve em Henry C. Carey um dos seus defensores de maior destaque. A crítica ao livre comércio é peça-chave neste autor. Por exemplo, “ao adotar o *livre comércio* ou o sistema britânico, nos colocamos juntos daqueles que arruinaram a Irlanda e a Índia e que agora estão envenenando e escravizando o povo chinês.” (Carey, 1853, p. 392).

¹⁰ Nos Estados Unidos a tarifa média oscilou em torno de 40% entre o início do século XIX e o Pós-Segunda Grande Guerra. Neste período de praticamente um século e meio o grau de abertura (relação exportação/PIB da economia foi de aproximadamente 4% (Chang, 2006, p. 56).

(criação das sociedades anônimas; capital financeiro – bancos com investimentos na indústria); e expansão colonial (China, África Oriental etc.) em busca de mercados e fontes de matéria prima.

Tanto em Hamilton como em List, o nacional desenvolvimentismo não contradiz a lógica do livre comércio. Na realidade, a crítica destes autores está centrada nas vantagens comparativas estáticas e na centralidade das vantagens comparativas dinâmicas. Estas últimas são criadas via mecanismo da indústria nascente, que envolve protecionismo temporário em setores específicos, e obtenção de ganhos derivados de economias de escala e aprendizado.

No século XX o nacional-desenvolvimentismo reapresenta-se com força a partir de 1930. O fator determinante foi, sem dúvida alguma, a crise que eclodiu em 1929. Esta crise causou a ampliação e o aprofundamento do papel do estado na economia via diferentes funções (alocativa, distributiva, reguladora e estabilizadora). Ou seja, o estado exerceu diferentes papéis em relação ao mercado e ao setor privado: guia (função alocativa); suplementa (funções alocativa e distributiva); e corrige (funções reguladora e estabilizadora). No Pós-Segunda Grande Guerra o nacional-desenvolvimentismo esteve presente tanto nos Estados Unidos (principalmente via complexo industrial-militar) e na Europa Ocidental, onde todas as funções do estado estão presentes, em maior ou menor medida, segundo o país, inclusive no que se refere à atuação de empresas estatais e ao controle estatal sobre a economia (Jones, 2001, p. 1118). A versão mais exacerbada do nacional-desenvolvimentismo ocorreu nos países sob regimes fascistas.

O contraste entre mercantilismo e liberalismo mostra que a diferenciação prende-se, em grande medida, à centralidade atribuída a duas instituições: mercado e estado. No mercantilismo o estado é a instituição-chave, o ator protagônico. No liberalismo a instituição-chave é o mercado, e quanto mais competitivo ele é, maior é a convergência entre interesse individual e interesse coletivo. O ocorre que no mercantilismo, o comércio exterior é visto como um freio ao desenvolvimento se o país não for capaz de gerar superávit na balança comercial. Este superávit, sob o regime do padrão ouro, permitiria o acúmulo de riqueza e poder do estado e da nação. Em contraste, no liberalismo as intervenções do estado, na economia doméstica e no comércio exterior, causam distorções (falhas de governo) que criam mais problemas do que resolve.

A concepção neomercantilista ou nacional-desenvolvimentista aparece como um compromisso entre mercantilismo e liberalismo. Autores tão relevantes quanto Hamilton e List reconhecem, seguindo o liberalismo econômico, que o mercado, em geral, e o mercado internacional, em particular, são elementos auxiliares, porém importantes, para o desenvolvimento econômico. Entretanto, para que o comércio exterior não se transforme em freio ao desenvolvimento é necessário que o estado defina estratégias e implemente políticas que fortaleçam a economia nacional. A especialização em produtos primários deve ser combatida e a industrialização substitutiva de importações deve ser promovida como a principal diretriz estratégica. Em conseqüência, há destaque para a indústria nascente. O capital estrangeiro também é bem vindo desde que contribua positivamente para o desenvolvimento do país; ou seja, o controle de capitais é instrumento de ação do estado nacional (Hamilton, 1791, p. 71 e p. 95).

Portanto, o nacional-desenvolvimentismo foca tanto no crescimento econômico como na redução da vulnerabilidade externa estrutural. Esta última abarca a dimensão econômica e a dimensão político-militar (poder nacional). Na dimensão econômica a redução da vulnerabilidade externa estrutural abarca todas as esferas: produtiva (mudança e melhora da estrutura de produção via industrialização); comercial (combate à especialização em produtos primários e criação de vantagens comparativas); tecnológica (avanço do sistema nacional de inovações, inclusive com a interação entre a indústria e o setor de defesa); e financeira (orientação e controle do capital estrangeiro). Na dimensão político-militar (defesa), o nacional desenvolvimentismo é absolutamente claro em relação ao aumento do poder do estado nacional. Hamilton (1791, p. 88) é explícito: “Não somente a riqueza, mas a independência e a segurança de um país parecem estar intimamente ligadas à prosperidade das manufaturas. Toda nação que pretenda atingir estes grandes objetivos deve procurar possuir o essencial para seu abastecimento nacional.”

Os países que adotam o *export-led growth* – comércio exterior é o motor do crescimento econômico – tendem deslocar o equilíbrio entre liberalismo e intervencionismo na direção do primeiro. Na realidade, as experiências históricas variam enormemente, inclusive ao longo do tempo. Por exemplo, na Grã-Bretanha o estado passou a ter perfil baixo e começou o processo de liberalização comercial, após as políticas protecionistas do século XVII e início do século XVIII. Isto não impediu que o estado garantisse o “exclusivo colonial”, inclusive com o uso da força (*trade follows the flag*). O modelo de comércio triangular (Grã-Bretanha, África e Américas) foi pilar da industrialização e do desenvolvimento da Grã-Bretanha nos séculos XVII e XVIII. Neste modelo, a África exportava escravos para as Américas, as Américas exportavam produtos primários (açúcar, fumo, algodão etc.) para a Grã-Bretanha, e esta exportava produtos manufaturados para a África. Assim, a renda nacional cresceu 1,5 vezes enquanto a renda do setor exportador (manufaturados) cresceu 5,5 vezes (Ballance, Ansari e Singer, 1982, p. 11). Neste país a adesão plena ao liberalismo só ocorreu em meados do século XIX (Chang, 2004, p. 42).

A experiência da China a partir de 1978 também ilustra claramente o compromisso entre liberalismo e intervencionismo na trajetória de evolução do capitalismo. Nada mais evidente do que a combinação de profunda, rápida e ampla inserção no mercado internacional com a forte intervenção estatal na economia doméstica e nas relações do país com o resto do mundo. Na China a economia é mista tendo em vista os pesos relativos da propriedade pública e da propriedade privada. Há também forte regulação estatal – nas suas diferentes funções – e no ápice da estrutura de poder está o Partido Comunista. O compromisso entre liberalismo e intervencionismo ocorre, portanto, no *front* externo (relações econômicas internacionais) e no *front* interno (economia doméstica). Na história do capitalismo, a China constituiu o mais dinâmico e estável sistema econômico e, muito provavelmente, tem uma das mais elevadas taxas de exploração do trabalhador. Sob a liderança do partido Comunista, o capitalismo avança na China com o compromisso entre estado e mercado e propriedade pública e propriedade privada.

3. Desenvolvimentismo latino-americano: cópia infiel

A análise da gênese e evolução do desenvolvimentismo latino-americano (*desarrollismo*) não pode negligenciar a história intelectual nem as experiências de

industrialização e desenvolvimento econômico no mundo. As raízes do pensamento desenvolvimentista no Brasil e no restante da América Latina – que enfatizam nacionalismo, intervencionismo e defesa da indústria – estão nas ideologias e políticas de desenvolvimento econômico, por exemplo, na Grã-Bretanha nos séculos XVI (Henrique XVII e Elisabete I) e XVII (Robert Walpole), França no século XVII (Jean-Baptiste Colbert), Estados Unidos no final do século XVIII (Alexander Hamilton) e na primeira metade do século XIX (Henry C. Carey) e na Alemanha no século XIX (Friedrich List). Ou seja, as raízes do desenvolvimentismo latino-americano estão no mercantilismo e nas cópias fiéis (neomercantilismo ou nacional-desenvolvimentismo) realizadas em países como Estados Unidos e Alemanha.

O nacional desenvolvimentismo pode ser conceituado, de forma simplificada, como o projeto de desenvolvimento econômico assentado no trinômio: industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo. O nacional- desenvolvimentismo é, na realidade, uma versão do nacionalismo econômico.

Na América Latina, o *desarrollismo* é a ideologia do desenvolvimento econômico assentado na industrialização e na soberania dos países, principalmente, no período 1930-80. Na tradição desenvolvimentista latino-americana o pensamento da CEPAL a partir do final dos anos 1940 é a referência de maior destaque (Prebisch, 1949). Entretanto, vale notar que a CEPAL não se posiciona claramente em relação ao papel do capital estrangeiro na industrialização substitutiva de importações no período de auge da sua influência (1950-60) (Gonçalves, 1984, p. 349). Neste período, os eixos estruturantes do pensamento cepalino são: desemprego estrutural, deterioração dos termos de troca e desequilíbrio externo.¹¹ Portanto, é mais apropriado referir ao “desenvolvimentismo cepalino” em que o corte nacionalista não é explicitado.

Vale notar que o pensamento desenvolvimentista pode ser encontrado no Brasil no período colonial, na época do Império e no período republicano que antecede a revolução de 1930 (Fonseca, 2004, p. 226; Luz, 1975; Lima, 1976). Para ilustrar, Alves Branco está associado à industrialização em meados do século XIX, Amaro Cavalcante ao nacionalismo e Rui Barbosa ao intervencionismo no final do século XIX. Pilares do desenvolvimentismo aparecem, por exemplo, no nacionalismo agrário e no intervencionismo antiindustrialista em defesa do café.

Na perspectiva da Economia Política, o nacional-desenvolvimentismo significa deslocar o poder econômico e político na direção da burguesia industrial em detrimento dos grandes proprietários de terras e recursos naturais (Oliveira, 1981, p. 38).

No plano estratégico o nacional-desenvolvimentismo tem como foco o crescimento econômico, baseado na mudança da estrutura produtiva (industrialização substitutiva de importações) e na redução da vulnerabilidade externa estrutural. Este último aspecto está assentado nos seguintes pilares: (i) alteração do padrão de comércio exterior (menor dependência em relação à exportação de *commodities*,

¹¹ Na última década do século XX o neoestruturalismo da CEPAL – transformação produtiva com equidade –, aparece com traços desenvolvimentistas. Entretanto, como bem demonstra Carcanholo (2010.a, p. 138), a visão reformista da CEPAL “não parece estar longe do revisionismo do pós-Consenso de Washington”. Ou seja, a CEPAL “acompanha o pensamento convencional, isso quando não vai a reboque do revisionismo, com seu modelo de reforma a reformas” (Ibid, p. 139).

mudança na estrutura de importações e redução do coeficiente de penetração das importações industriais); (ii) encurtamento do hiato tecnológico (fortalecimento do sistema nacional de inovações), e; (iii) tratamento diferenciado para o capital estrangeiro (ou seja, ausência de tratamento nacional via, por exemplo, discriminação nas compras governamentais, restrição de acesso a determinados setores, imposição de critérios de desempenho e restrição na obtenção de incentivos governamentais). O nacional-desenvolvimentismo reserva papel protagônico para o capital nacional industrial e para o investimento estatal, ainda que conte com suporte do financiamento e investimento externos. Assim, em termos estratégicos, o nacional desenvolvimentismo envolve mudanças nas estruturas de produção, comércio exterior e propriedade.

O principal fato a destacar é que as experiências de *desarrollismo* na América Latina retiraram do trinômio do nacional-desenvolvimentismo (industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo) a questão da origem do capital - nacionalismo. Na realidade, o que se constata é que na região a industrialização substitutiva de importações *cum* forte intervencionismo estatal apoiou-se, em boa medida, no capital estrangeiro. É o capitalismo dependente fortemente associado ao capital estrangeiro.¹² A evidência empírica é conclusiva quando se considera o grau de desnacionalização da indústria de transformação nas principais economias latino-americanas. No final da era desenvolvimentista (final dos anos 1970) a participação de empresas de capital estrangeiro no valor da produção industrial variava de 25% a 36% nos casos do Peru e Venezuela, respectivamente. As participações nas maiores economias (Brasil, México e Argentina) estavam em torno de 30% (Gonçalves, 1999, tabela 2, p. 62).

No plano da política econômica o *desarrollismo* implica, antes de tudo, planejamento econômico, política comercial protecionista, política industrial pró-ativa (incentivos ao investimento privado na indústria de transformação, políticas setoriais), investimento estatal nos setores básicos, preferência revelada pelo capital privado nacional e subordinação da política de estabilização macroeconômica à política de desenvolvimento. (Bielschowsky, 1988, p. 155). Esta subordinação pode se expressar em política fiscal expansionista, juro real negativo, expansão de crédito seletivo e câmbio diferenciado. No entanto, não é evidente o papel secundário da política de estabilização macroeconômica no pensamento desenvolvimentista no Brasil tanto no século XIX como no século XX (Fonseca, 2004, p. 225-226).

É equivocada a afirmação de que “no fim do século XX, a agenda neoliberal reforçou um viés da discussão que já vinha crescendo desde o período desenvolvimentista: o deslocamento do debate para o campo da macroeconomia.” (Fiori, 2011.a). É evidente que um país fortemente marcado pela desestabilização macroeconômica os temas de ajuste externo e interno sempre estiveram presentes na agenda de debates. Naturalmente, a partir do final do início dos anos 1980, os crescentes e graves problemas de inflação, dívida externa e finanças públicas ocuparam maior espaço na agenda política e econômica. Entretanto, vale notar que a discussão sobre modelos alternativos de desenvolvimento sempre teve destaque nesta agenda, entre o final do período desenvolvimentista e o início do governo Lula. Este

¹² A análise das críticas marxistas ao desenvolvimentismo latino-americano é apresentada em Castelo e Prado (2012).

debate era promovido por todas as correntes. Somente após o início do governo Lula é que a discussão sobre estratégias alternativas de desenvolvimento debilitou-se com a adoção do Modelo Liberal Periférico e o retraimento de parte expressiva do pensamento progressista brasileiro.¹³

4. Novo Desenvolvimentismo: revisionismo

As formulações do novo desenvolvimentismo destacam as falhas do nacional-desenvolvimentismo e se posicionam como críticas ao Consenso de Washington e à ortodoxia convencional. Portanto, cabe fazer a análise do novo desenvolvimentismo obedecendo a seguinte sequência: (i) explicitação do que se entende por Consenso de Washington; (ii) diferenciação entre nacional-desenvolvimentismo e Consenso de Washington; (iii) breve caracterização do Pós-Consenso de Washington; e (iv) divergências ou convergências entre, de um lado, o novo desenvolvimentismo e, de outro, o nacional-desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional.

O Consenso de Washington tem origem em trabalho de John Williamson apresentado em 1989 (Williamson, 2004). Ele é uma crítica ao pensamento e, principalmente, às experiências desenvolvimentistas na América Latina a partir de 1950. O Consenso de Washington apresenta diretrizes em relação às estratégias de desenvolvimento e políticas macroeconômicas. O enquadramento político-ideológico é, sem dúvida alguma, o neoliberalismo em ascensão nos anos 1980.

Entretanto, cabe destacar que o Consenso de Washington não tem relação direta com correntes mais conservadoras do pensamento macroeconômico como o Monetarismo e o *Supply-side economics*. Também é injusto atribuir ao Consenso de Washington a defesa do governo mínimo e o fundamentalismo de mercado. Por outro lado, é inegável que o Consenso de Washington assenta-se nos pilares neoliberais fundamentais: liberalização e desregulamentação. Ele também converge com interesses dominantes – expressos pelos governos dos Estados Unidos e principais países desenvolvidos e pelos organismos multilaterais (FMI, Banco Mundial, etc.) – visto que liberalização e desregulamentação criam oportunidades de negócios em escala global.

A distinção entre o nacional-desenvolvimentismo e o Consenso de Washington é evidente quando se confrontam as principais diretrizes destas duas concepções de desenvolvimento. Na realidade, como mostra o Quadro 3, o contraste não poderia ser maior. No nacional-desenvolvimentismo estas diretrizes são: industrialização substitutiva de importações; intervencionismo estatal; nacionalismo; crescimento liderado pelo mercado interno; e uso recorrente da política macroeconômica para a acumulação de capital. No Consenso de Washington há, praticamente, a troca de sinais: liberalização comercial; centralidade do mercado (*get the prices right*, preços corretos); tratamento nacional; crescimento liderado pelo mercado externo (*export-led growth*); e foco das políticas macroeconômicas na estabilização (Williamson, 2004).

Na realidade, o Consenso de Washington coloca grande ênfase na política de estabilização macroeconômica, como mostra o Quadro 3. As diferenças são particularmente marcantes no que diz respeito a: gastos públicos; tributação; câmbio; e juros. Ainda no que se refere às políticas econômicas, o contraste mais evidente é,

¹³ Por exemplo, na virada do século havia uma discussão muito fértil promovida por inúmeros analistas como Antonio Dias Leite, João Paulo dos Reis Velloso, João Paulo de Almeida Magalhães, Roberto Mangabeira Unger e César Benjamin; ver Gonçalves (2002, cap. 7).

sem dúvida alguma, entre o protecionismo ativo do nacional-desenvolvimentismo e a liberalização comercial do Consenso de Washington.

Quadro 3
Consenso de Washington versus Nacional-desenvolvimentismo

| Consenso de Washington | Nacional-desenvolvimentismo | Estratégia / política |
|--|---|--|
| Finanças públicas - Disciplina: evitar grandes déficits | Preocupação menor | } Política macroeconômica |
| Política fiscal - Reorientar gastos públicos para saúde e educação básica, infra-estrutura | Incentivos e subsídios para a acumulação de capital na indústria de transformação | |
| Tributação - Reforma: base fiscal ampla, alíquotas marginais moderadas | Base fiscal restrita, centrada nos impostos indiretos | |
| Moeda e finanças - Liberalização financeira, supervisão prudencial, taxa de juros determinada pelo mercado | Crédito seletivo, taxa de juro administrada, taxa de juro real negativa, estímulo à acumulação de capital | |
| Câmbio - Competitivo, manter PPP, flutuação administrada | Câmbio administrado, câmbio múltiplo focado na ISI | |
| Comércio internacional - Liberalização | Protecionismo | } Estratégia de desenvolvimento |
| Investimento direto estrangeiro - Liberalização | Discriminação no nacional-desenvolvimentismo Restrições à entrada, critérios de desempenho | |
| Privatização - Gerar eficiência | Papel fundamental de empresas estatais nos setores de base | |
| Desregulamentação - Redução de barreiras nos mercados, livre interação forças de mercado, | Regulamentação | |
| Direitos de propriedade - Garantia de direitos | Limites ao direito de propriedade, absorção de tecnologia | |

Fonte: Elaboração do autor.

No que se refere ao Consenso de Washington as críticas mais comuns são: negligência em relação ao crescimento econômico, acumulação de capital e emprego; melhora da estrutura produtiva e do padrão de comércio; aperfeiçoamento do mundo do trabalho; equilíbrio ambiental; redução das desigualdades (riqueza, renda, etc.); melhora das condições sociais; e aperfeiçoamento das instituições.

No âmbito do *mainstream* do pensamento econômico anglo-saxão as críticas focaram na hipossuficiência do Consenso de Washington: diretrizes eram equivocadas e, principalmente, incompletas; e havia necessidade de reformas de segunda geração. Surgiu, então, o chamado Pós-Consenso de Washington (também conhecido como Consenso de Washington Ampliado), que coloca ênfase nas reformas institucionais. O Quadro 4 apresenta as principais diretrizes estratégicas do Pós-Consenso de Washington segundo os trabalhos de dois dos principais autores desta corrente (Stiglitz, 1999; Rodrik, 2006).

Quadro 4
Consenso de Washington Ampliado ou Pós-Consenso de Washington

| Consenso de Washington Ampliado | Pós-Consenso de Washington |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> ○ Mercados geram alocação eficiente e crescimento, mas precisam ser completados <ul style="list-style-type: none"> ● Regulação financeira ● Políticas de concorrência ● Políticas tecnológicas ○ Desenvolvimento requer objetivos mais amplos <ul style="list-style-type: none"> ● Qualidade do meio ambiente ● Redução da desigualdade ○ Desenvolvimento requer aperfeiçoamento institucional <ul style="list-style-type: none"> ● Processo democrático ● Independência do Judiciário ○ Estabilidade macroeconômica <ul style="list-style-type: none"> ● Controle da inflação ● Redução do déficit fiscal ● Redução do déficit das contas externas ● Redução das flutuações da produção ○ Crescimento sustentado no longo prazo ○ Reforma financeira <ul style="list-style-type: none"> ● Liberalização <i>cum</i> regulamentação ○ Competição <ul style="list-style-type: none"> ● setor substituidor de importações ● setor exportador ○ Privatização <ul style="list-style-type: none"> ● Propriedade privada <i>cum</i> competição ○ Governo e mercado: complementaridade <ul style="list-style-type: none"> ● Formação de capital humano ● Transferência de tecnologia ○ Governo eficiente <ul style="list-style-type: none"> ● Redução de <i>rent seeking</i> (busca de renda) Reformas institucionais | <ul style="list-style-type: none"> ○ Crítica ao CW: mudanças simples de política econômica <ul style="list-style-type: none"> ● exceção: garantia dos direitos de propriedade ○ Políticas eficazes têm que estar assentadas em instituições sólidas ○ Mecanismo de mercado para ser eficiente é preciso que as instituições sejam eficazes <ul style="list-style-type: none"> ● Sistema financeiro pode não alocar recursos para os setores em expansão ● Governos corruptos/incompetentes restringem impacto de políticas corretas ○ Ênfase nas reformas institucionais <ul style="list-style-type: none"> ○ Governança corporativa ○ Anti-corrupção ○ Mercados de trabalho flexíveis ○ Acordos OMC ○ Códigos e padrões financeiros ○ Abertura "prudente" da conta de capital ○ Regimes cambiais não-intermediários ○ Banco central independente e meta de inflação ○ Redes de seguridade social ○ Metas de redução da pobreza |

Fontes: Consenso de Washington Ampliado (Stiglitz, 1999); Pós Consenso de Washington (Rodrik, 2006).

Passemos, agora, à análise do novo desenvolvimentismo. Conforme mencionado acima, o novo desenvolvimentismo apresenta-se como crítica ao Consenso de Washington, que é identificado com a ortodoxia convencional (leia-se, monetarismo) e o neoliberalismo (Bresser, 2012, p. 40; Sicsú, Paula e Michel, 2005, p. xxxv). A diretriz estratégica básica do novo desenvolvimentismo é o crescimento econômico com menor desigualdade. Há destaque para reformas das instituições, principalmente, a maior eficácia do governo e a maior eficiência dos mercados. O novo desenvolvimentismo coloca ênfase especial nas políticas macroeconômicas. Vale notar que, segundo representantes do novo desenvolvimentismo, no conjunto das 5 principais diferenças entre esta corrente e o antigo desenvolvimentismo, 3 referem-se a políticas econômicas (Bresser, 2012, p. 47). No que se refere às 7 principais diferenças entre as diretrizes estratégicas da ortodoxia convencional e do novo desenvolvimentismo, 3 referem-se a políticas macroeconômicas (Ibid, p. 58). A ênfase nas políticas refere-se ao tripé da política macroeconômica: taxa moderada de juro; taxa competitiva de câmbio; e, política fiscal responsável (dívida pública baixa; poupança pública positiva - superávit fiscal).

O Quadro 5 apresenta as principais diretrizes de estratégia e política econômica do novo desenvolvimentismo. O confronto destas diretrizes com aquelas apresentadas nos Quadros 3 e 4 mostra similaridades e diferenças em relação às outras formulações discutidas acima.

No confronto com o nacional-desenvolvimentismo, o destaque é, sem dúvida alguma, a questão do motor do crescimento econômico: no nacional-desenvolvimentismo o motor é a absorção interna (consumo, investimento e gasto público) enquanto que no novo desenvolvimento o motor do crescimento é a exportação (*export-led growth*). Neste sentido, o novo-desenvolvimentismo aproxima-se bastante do modelo de crescimento orientado para fora que foi defendido pelo Banco Mundial nos anos 1980. Este modelo baseia-se no argumento equivocado de que há relação positiva entre crescimento das exportações e crescimento da renda. Há 3 décadas esta relação é questionada e já se sabe que “a história fornece ampla evidência de casos onde a relação exportação-crescimento foi interrompida. De fato, o aumento das exportações pode reduzir o crescimento ao desviar a atenção da necessidade de se desenvolver novas indústrias ou se adaptar às novas condições tecnológicas. Dado que alguns países em desenvolvimento enfatizam a expansão das exportações, o perigo de ignorar estas questões é real.” (Ballance, Ansari e Singer, 1982, p. 164).¹⁴

¹⁴ Batchelor, Major e Morgan (1980, p. 212) são conclusivos a respeito da relação entre crescimento da exportação e crescimento da renda: “o resultado deste debate tem sido o reconhecimento que o crescimento do comércio exterior pode ser algumas vezes causa e algumas vezes consequência do crescimento doméstico, e a atenção tem se deslocado para o problema de definir cuidadosamente as circunstâncias sob as quais cada uma destas relações ocorreria.”

Quadro 5
Novo desenvolvimentismo: Diretrizes de estratégia e política

Crescimento baseado na exportação combinado com um mercado interno forte

Estado: criar oportunidades de investimento e reduzir as desigualdades econômicas
Estado: papel moderado no investimento e na política industrial; grande papel na redistribuição

Reformas para fortalecer o Estado e regular os mercados

Política industrial: subsidiária

Padrões fiscais centrais: déficit orçamentário e poupança pública
Déficits fiscais: rejeição

Inflação: sem complacência
Banco central, metas obrigatórias: inflação, taxa de câmbio e emprego
Taxa de juros de curto prazo: exógena e pode ser moderada

Taxa de câmbio: flutuante e administrada
Banco central: comprar reservas ou impor controles sobre o ingresso de capitais para administrar a taxa de câmbio
Taxa de câmbio flutuante porém administrada para neutralizar sua tendência à sobrevalorização

Fonte: Bresser-Pereira (2012).

O novo desenvolvimentismo tem como característica marcante a apresentação de afirmativas que não têm apoio ou são até mesmo negadas pela literatura sobre desenvolvimento econômico e experiências históricas comparadas. Para ilustrar, Oreiro (2012, p. 32) afirma que “o único regime de crescimento que é sustentável no longo prazo é o *export-led*.” Outra afirmação na mesma linha, recorrentemente encontrada é a existência de “duas tendências estruturais nos países em desenvolvimento: a tendência da taxa de câmbio à sobreapreciação e a tendência dos salários a aumentarem mais lentamente do que a produtividade.” (Bresser-Pereira, 2012, p. 52-53). Este argumento pressupõe a lógica liberal, de funcionamento exclusivo do mercado (oferta vs demanda), de que no longo prazo há sempre excesso de oferta de moeda estrangeira e de mão-de-obra. Se estas tendências existissem nos países em desenvolvimento não haveria crises cambiais (exceto aquelas provocadas por choques externos) e nem situações de pleno emprego de mão-de-obra de média e alta qualificação.¹⁵

A ênfase no câmbio competitivo, de um lado, diferencia o novo desenvolvimentismo do nacional-desenvolvimentismo. No primeiro o câmbio é usado para manter a competitividade internacional dos produtos nacionais, enquanto que no segundo o câmbio é uma variável que pode ser usado para diferentes objetivos (estímulo à acumulação de capital, combate à inflação, ajuste das contas externas, etc.). Na realidade, no que se refere à questão da taxa de câmbio, o novo desenvolvimentismo aproxima-se do Consenso de Washington, que é particularmente claro sobre esta questão ao recomendar a flutuação administrada segundo o critério da paridade do poder de compra, ou seja, o foco é a competitividade internacional.

Outro contraste relevante do novo desenvolvimentismo com o nacional-desenvolvimentismo é a liberalização comercial. A abertura comercial é defendida pelo primeiro (Bresser-Pereira, 2012, p. 54) enquanto o protecionismo é um dos pilares do segundo. A liberalização comercial também é um dos pontos principais do Consenso de Washington e do neoliberalismo. Assim, em mais uma questão estratégica

¹⁵ A questão da produtividade é tratada superficialmente. Não é claro se é produtividade do trabalho ou produtividade total.

relevante, o novo desenvolvimentismo aproxima-se do Consenso de Washington e do neoliberalismo e se diferencia radicalmente do nacional-desenvolvimentismo.

A preferência revelada pelo capital nacional, que é parte fundamental do nacional desenvolvimentismo, desaparece completamente nas formulações do Consenso de Washington e do novo desenvolvimentismo. Na realidade, a convergência destas duas formulações é na direção da liberalização da esfera produtivo-real com a livre entrada do investimento estrangeiro direto. Nestas formulações o princípio do tratamento nacional é predominante e o nacionalismo econômico é um “não tema”.

A questão da vulnerabilidade externa estrutural – nas esferas comercial (padrão de comércio), produtiva (desnacionalização), tecnologia (dependência tecnológica) e financeira (passivo externo) – é central no nacional-desenvolvimentismo. Em contraste, estes temas não são tratados pelo novo desenvolvimentismo. Na realidade, há retrocesso em relação ao nacional-desenvolvimentismo tendo em vista, que na era da globalização, a questão da vulnerabilidade externa estrutural é fundamental para os países em desenvolvimento.

Este retrocesso é particularmente evidente na ênfase atribuída ao *export-led growth* em países que têm como fonte dominante de vantagem comparativa a dotação de recursos naturais. Neste caso, o *export-led growth* envolve risco de viés da fronteira de produção na direção do setor primário e reprimarização das exportações. O retrocesso também ocorre na esfera produtiva com o total desconhecimento a respeito da questão estratégica associada à origem do capital e a formação de uma base de capital nacional. O retrocesso na esfera tecnológica chega ao ponto de cometer grave erro técnico ao se expressar pela escolha da “melhor tecnologia disponível no mundo”, com desprezo pelo princípio do custo mínimo de produção (Bresser-Pereira, 2012, p. 49). Por fim, a ênfase no controle dos fluxos financeiros internacionais tem como foco exclusivo as questões de curto prazo, como o nível e a volatilidade da taxa de câmbio (Sicsú, Paula e Michel, 2005, p. xlvi). Não há qualquer consideração a respeito do nível e da composição do passivo externo, que inclui, além da dívida externa na forma de títulos e contratos denominados em moedas estrangeiras, as diferentes aplicações financeiras feitas por estrangeiros e denominados em moeda nacional (títulos públicos e privados, ações, derivativos, etc.).

O papel pró-ativo do estado, com a política industrial, é um dos aspectos mais relevantes do intervencionismo estatal na concepção nacional-desenvolvimentista. No novo desenvolvimentismo a política industrial é subsidiária ou secundária. Na realidade, no novo desenvolvimentismo a política macroeconômica é mais importante do que a política industrial e as outras políticas estruturantes.¹⁶ Portanto, o novo desenvolvimentismo superestima a importância da política macroeconômica no desenvolvimento econômico de longo prazo e negligencia as questões estruturais. Inúmeras questões não são sequer tratadas: mudanças na estrutura de propriedade; estrutura tributária e distribuição de riqueza; vulnerabilidade externa estrutural nas esferas comercial, produtiva e tecnológica; influência de setores dominantes

¹⁶ Segundo Sicsú, Paula e Michel (eds.) (2005, p. xli) “na concepção novo desenvolvimentista, o estado deve ser forte para permitir ao governo a implementação de políticas macroeconômicas defensivas ou expansionistas”. Contrariamente a Bresser-Pereira (2012), Sicsú, Paula e Michel (eds.) (2005, p. xli) ressaltam o papel das políticas industrial e comercial que estimulam a competitividade internacional e a melhora do padrão de comércio internacional.

(agronegócio, mineração e bancos); e viés no deslocamento da fronteira de produção na direção do setor primário.

No que se refere à política macroeconômica, o novo desenvolvimentismo centra suas críticas no “tridente satânico”: câmbio flexível; política monetária recorrentemente restritiva; e foco no superávit primário. Em contraste, argumenta-se a favor: equilíbrio fiscal; taxa moderada de juro; e taxa competitiva de câmbio. Estas diferenças não impedem, contudo, a convergência entre novo desenvolvimentismo e Consenso de Washington, no que se refere à política macroeconômica, na direção da rejeição do equilíbrio fiscal e da alta prioridade atribuída ao controle da inflação.

No novo desenvolvimentismo a ênfase exagerada na influência da política macroeconômica compromete a definição de formulações e análises mais profundas a respeito de questões estruturais. Em consequência, esta ênfase afasta significativamente o novo desenvolvimentismo do nacional-desenvolvimentismo. Por outro lado, a ênfase na estabilização macroeconômica, principalmente na questão da inflação e no equilíbrio das contas externas, aproxima o novo desenvolvimentismo do Consenso de Washington.

A aproximação do novo desenvolvimentismo com a ortodoxia e o liberalismo também ocorre na questão do papel do Estado. A visão é a de um Estado dominador e autônomo que defende interesses coletivos, é complementar ao mercado e promove o bem-estar social. Esta concepção de Estado negligencia a influência das classes e setores dominantes, supõe a separação entre rentistas e industriais, e desconhece os conflitos entre classes, grupos e setores da sociedade (Castelo, 2010).

O reformismo social também é evidente no novo desenvolvimentismo visto que ele reconhece a necessidade de políticas de redução das desigualdades, porém não faz referência ou dá pouca ênfase às reformas que afetam a estrutura tributária e a distribuição de riqueza.

A ênfase nas reformas institucionais, por seu turno, aproxima o novo desenvolvimentismo do Pós-Consenso de Washington. É a ênfase na reforma das reformas liberais, ou seja, a segunda geração de reformas. Após a privatização cabe a regulação dos monopólios; após a liberalização financeira cabe a regulação dos bancos; após a liberalização dos fluxos financeiros internacionais cabe a abertura prudente da conta de capital.

Cabe destacar que o novo desenvolvimentismo assenta-se em algumas diretrizes do liberalismo econômico: baixa propensão a políticas setoriais; liberalização comercial; ausência de restrições ao investimento estrangeiro direto; minimização da função alocativa do estado (investimento, políticas setoriais e planejamento); incorporação da função distributiva do estado de forma moderada (valoriza a distribuição de renda mas ignora a distribuição de riqueza)¹⁷; defesa das reformas institucionais orientadas para a correção de falhas de mercado e de governo (função reguladora do estado); e grande ênfase na estabilização macroeconômica (controle da inflação e equilíbrio fiscal).

¹⁷ Silva e Michel (2005) argumentam que a redistribuição da renda no Brasil depende fundamentalmente da estabilidade monetária e do crescimento econômico. Questões estruturais (acesso a serviços de utilidade pública, abuso do poder econômico, tributação, distribuição de riqueza etc.) são desprezados.

No final do século XX e no início do século XXI alguns países latino-americanos, como o Brasil, adotaram o Modelo Liberal Periférico (Filgueiras e Gonçalves, 2007, Quadro 3.1). Este modelo caracteriza-se por: liberalização, privatização e desregulação; subordinação e vulnerabilidade externa estrutural; e dominância do capital financeiro. O modelo é liberal porque é estruturado a partir da liberalização das relações econômicas internacionais nas esferas comercial, produtiva, tecnológica e monetário-financeira; da implementação de reformas no âmbito do Estado (em especial na área da previdência social) e da privatização de empresas estatais, que implicam a reconfiguração da intervenção estatal na economia e na sociedade; e de um processo de desregulação do mercado de trabalho, que reforça a exploração da força de trabalho. O modelo é periférico porque é uma forma específica de realização da doutrina neoliberal e da sua política econômica em um país que ocupa posição subalterna no sistema econômico internacional, ou seja, um país que não tem influência na arena internacional, ao mesmo tempo em que se caracteriza por significativa vulnerabilidade externa estrutural nas suas relações econômicas internacionais. E, por fim, o modelo tem o capital financeiro e a lógica financeira como dominantes em sua dinâmica macroeconômica.”

O ponto central deste artigo é que novo desenvolvimentismo pode ser visto como mais uma versão do modelo de liberalismo enraizado.¹⁸ Neste modelo procura-se o compromisso entre, de um lado, as diretrizes estratégicas do liberalismo (na realidade, o Modelo Liberal Periférico) e, de outro, a atuação ativa do estado com foco na função estabilizadora. Não é por outra razão que boa parte dos formuladores do novo desenvolvimentismo identificam-se com o Keynesianismo, que é um dos pilares do liberalismo enraizado patrocinado pelos países desenvolvidos no Pós-Segunda Grande Guerra.

O novo desenvolvimentismo propõe-se, portanto, ao gerenciamento do MLP, com ênfase na função estabilizadora do estado. O novo desenvolvimentismo, assim como o Consenso de Washington, a Nova Cepal e o Pós-Consenso de Washington, são versões do liberalismo enraizado.

5. Síntese

O principal objetivo deste artigo é analisar o novo desenvolvimentismo. Inicialmente examinam-se os fundamentos do mercantilismo no século XVII, que é a raiz do neomercantilismo ou do nacional-desenvolvimentismo que se constituiu no século XIX. No século XX o desenvolvimentismo surgiu com força na América Latina, principalmente depois de 1930. A era dourada do *desarrollismo* latino-americano é interrompida pelo choque do petróleo nos anos 1970 e pela eclosão crise da dívida externa no início dos anos 1980

A crítica ao desenvolvimentismo latino-americano deu origem ao Consenso de Washington em 1989. Dentre as principais divergências pode-se destacar:

¹⁸ A ideia de compromisso está claramente expressa em Sicsú, Paula e Michel (2005, p. xxxi): “o novo desenvolvimentismo é o caminho do meio entre dois extremos, este entre o livre comércio incondicional e o protecionismo econômico, aquele entre o liberalismo e o socialismo.” Vale notar que o protecionismo é claramente rejeitado por autores como Bresser-Pereira (2012, p. 45). Traços ou riscos de socialismo não aparecem nas dezenas de trabalhos na linha novo desenvolvimentista analisados pelo autor. Por outro lado, diretrizes liberais são evidentes, como discutido no texto.

protecionismo e industrialização substitutiva de importações vs liberalização comercial e *export-led growth*; intervencionismo estatal vs desregulamentação e privatização; nacionalismo vs tratamento nacional para o capital estrangeiro; e subordinação da política econômica à acumulação e ao crescimento da renda vs prioridade para a estabilização macroeconômica.

Na década de 1990 o Consenso de Washington foi criticado pela pequena abrangência e pelos equívocos nas suas diretrizes e, principalmente, pelos fracassos das experiências nele inspiradas (Dayton-Johnson, Londoño e Nieto-Parra, 2011, p. 10). A crítica conhecida como Pós-Consenso de Washington destacou a necessidade de reformas de segunda geração. Além da estabilidade macroeconômica destacaram-se medidas estruturantes com impacto de longo prazo: crescimento de longo prazo; robustez do sistema financeiro; eficiência nos setores privatizados; investimentos do governo em educação e tecnologia; redução das falhas de governo e de mercado; e construção de instituições sólidas. O Pós-Consenso de Washington envolve, portanto, reformas de segunda geração e reformas institucionais.

As formulações do novo desenvolvimentismo que surgem no Brasil apresentam-se como críticas ao Consenso de Washington, à ortodoxia convencional (monetarismo) e ao neoliberalismo. Entretanto, há convergências significativas, principalmente, na defesa do *export-led growth* (crescimento puxado pelas exportações) e ênfase na estabilidade macroeconômica. A crítica dos novos desenvolvimentistas ao “tridente satânico” (superávit primário, juros altos e câmbio flutuante) não os impedem de defender equilíbrio fiscal e taxa competitiva de câmbio, que são diretrizes básicas do Consenso de Washington. O mesmo ocorre com a liberalização comercial e produtiva (investimento estrangeiro direto). O novo desenvolvimentismo aproxima-se também do Pós-Consenso de Washington ao enfatizar reformas centradas na correção de falhas de governo e de mercado.

A visão liberal do desenvolvimento tem algumas diretrizes básicas: baixa propensão a políticas setoriais; liberalização comercial; ausência de restrições ao investimento estrangeiro direto; contas públicas equilibradas; e ausência de barreiras ao ingresso de competidores (Almeida, 2012). Todas essas estão presentes no novo desenvolvimentismo. Medidas negadas pelo liberalismo e defendidas pelo novo desenvolvimentismo fazem parte do arsenal de medidas próprias à estabilização macroeconômica (função estabilizadora do estado): controle dos fluxos financeiros internacionais e câmbio administrado.

O novo desenvolvimentismo não apresenta nenhuma concepção distinta de desenvolvimento. Ele é fortemente crítico em relação ao nacional-desenvolvimentismo e as convergências com a ortodoxia convencional são evidentes. Divergências quanto a políticas macroeconômicas pontuais tendem a desaparecer quando o novo desenvolvimentismo é confrontado com o Pós-Consenso de Washington, que inclusive defende a abertura prudente da conta de capital (fluxos financeiros internacionais) e as reformas institucionais. O novo desenvolvimentismo parece ser, portanto, a versão brasileira de formulações conhecidas como Pós-Consenso de Washington ou Consenso de Washington Ampliado. Assim, se o Pós-Consenso de Washington é o revisionismo do Consenso de Washington, o novo desenvolvimentismo é o revisionismo do revisionismo. Mais precisamente, o novo desenvolvimentismo é a forma de liberalismo (melhor dizendo, de social-liberalismo) que é compatível com as políticas

de estabilização macroeconômica; isto é, o novo desenvolvimentismo é mais uma versão do liberalismo enraizado.

Bibliografia

- ALMEIDA, Paulo R. *Relações Internacionais e Política Externa do Brasil*. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- AUTORES DIVERSOS. Ten theses on new developmentalism. São Paulo: Escola de Economia, Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível: <http://www.tentheseonnewdevelopmentalism.org/>. Acesso: 13 de abril de 2012.
- BALLANCE, Robert H.; ANSARI, Javed A.; SINGER, Hans W. *The International Economy and Industrial Development*. Londres: Wheatsheaf Books, 1982.
- BARBOSA, Nelson, DIAS, Guilherme. A Inflexão do Governo Lula: Política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, Emir, GARCIA, Marco Aurélio (orgs.) *Brasil entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 57-110, 2010.
- BATCHELOR, R. A.; MAJOR, R. L.; MORGAN, A. D. *Industrialisation and the Basis for Trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. O desenvolvimentismo de direita. *Carta Capital*, 30 março 2012.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro. O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.
- BRANCO, Rodrigo Castelo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. Rio de Janeiro: *Oikos*, vol. 8, Nº 1, p. 71-91, 2009.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Structuralist Macroeconomics and New Developmentalism*. Disponível: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2011/11.22.Macro-Structuralist-N-Develop%20CJE%20i.pdf>. Acesso: 3 agosto 2011.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. An account of new developmentalism and its structuralist macroeconomics. *Revista de Economia Política*, vol. 31, Nº 3 (123), p. 493-502, julho-setembro 2011.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento e subdesenvolvimento no Brasil. In: Botelho, André; Schwarcz, Lilia Moritz (orgs.) *Agenda Brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 156-165, 2011.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. In: PRADO, Luiz Carlos (org.). *Desenvolvimento econômico e Crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 27-66, 2012.

- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. In: Ocampo, José Antônio, Ross, Jaime (orgs.) *Handbook of Latin American Economics*, Oxford: Oxford University Press, p. 108-129, 2011.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Five models of capitalism. *Revista de Economia Política*, vol. 32, Nº 1 (126), p. 493-502, janeiro-março, 2012.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. For a modest and heterodox mainstream economics: an academic manifesto. Trabalho apresentado na EAEPE Annual Conference, Viena, outubro de 2011. Disponível: www.bresserpereira.org.br. Acesso: 13 de abril de 2012.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. *São Paulo em Perspectiva*, vol. 20, Nº 3, p. 5-24, julho-setembro 2006.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Proposta de desenvolvimento para o Brasil. *Revista de Economia Política*, vol. 24, Nº 4 (96), p. 625-630, outubro-dezembro 2004.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Structuralist macroeconomics and new developmentalism. Disponível: www.bresserpereira.org.br. Acesso: 13 de abril de 2012.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Treze proposições resumindo *Globalização e Competição*. Disponível: www.bresserpereira.org.br. Acesso: 13 de abril de 2012.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GALA, Paulo. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, vol. 30, Nº 4 (120), p. 663-686, outubro-dezembro 2010.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; NAKANO, Yoshiaki. Um estratégia de desenvolvimento com estabilidade. *Revista de Economia Política*, vol. 22, Nº 3 (87), p. 146-180, julho-setembro 2002.
- CARCANHOLO, Marcelo. Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a Nova CEPAL dentro do Consenso de Washington. In: Rodrigo Castelo (org.) *Encruzilhadas da América Latina no Século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Pães e Rosas, p. 119-141, 2010.a.
- CARCANHOLO, Marcelo. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no Governo Lula. In: *Os Anos Lula: Contribuições para um Balanço Crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, p. 109-132, 2010.b.
- CAREY, Henry C. *Slave trade, domestic and foreign. Why it exists, and how it may be extinguished*. Philadelphia: A. Hart, 1853. Disponível: <http://archive.org/details/slavetradedomest01care>.
- CARNEIRO, Ricardo. Desenvolvimentismos. São Paulo: *Jornal Valor Econômico*, 4 de abril, 2012.a.
- CARNEIRO, Ricardo. Um intelectual em seu labirinto. São Paulo: *Carta Maior*, 29 de abril, 2012.b.

- CASTELO, Rodrigo (org.) *Encruzilhadas da América Latina no Século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.
- CASTELO, Rodrigo, PRADO, Fernando Correa. Para a crítica da economia política desenvolvimentista: aproximações heterodoxas ao marxismo latino-americano. Trabalho apresentado no I Seminário de Crítica da Economia Política, Teófilo Otoni (UFVJM), 28-30 de março 2012.
- CASTELO, Rodrigo. O Novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In: Rodrigo Castelo (org.). *Encruzilhadas da América Latina no Século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Pães e Rosas, p. 191-211, 2010.
- CHANG, Ha-Joon. *Chutando a Escada. A Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica*. São Paulo: Unesp, 2004.
- DAYTON-JOHNSON, Jeff; LONDOÑO, Juliana ; NIETO-PARRA, Sebastián. The process of reforms in Latin America. A review essay. Paris: OECD Development Centre, *Working Paper* No. 304, October, 2011.
- DINIZ, Eli. O contexto internacional e a retomada do debate sobre desenvolvimento no Brasil contemporâneo (2000/2010). Rio de Janeiro: *Dados. Revista de Ciências Sociais*, vol. 54, Nº 4, p. 493-531, 2011.
- FILGUEIRAS, Luiz *et al.* Modelo Liberal-periférico e bloco de poder: Política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: *Os Anos Lula: Contribuições para um Balanço Crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, p. 35-70, 2010.
- FILGUEIRAS, Luiz, GONÇALVES, R. *A Economia Política do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2007.
- FIORI, José Luís. A miséria do “novo desenvolvimentismo”. São Paulo: *Jornal Valor Econômico*, 30 de novembro, 2011.a.
- FIORI, José Luís. Desenvolvimentismo e “dependência”. São Paulo: *Carta Maior*, 29 de março, 2012.b.
- FIORI, José Luís. Muito antes de Keynes. São Paulo: *Jornal Valor Econômico*, 25 de abril, 2012.c.
- FIORI, José Luís. O “desenvolvimentismo de esquerda”. São Paulo: *Carta Maior*, 29 de abril, 2012.d.
- FIORI, José Luís. O “desenvolvimentismo” asiático. São Paulo: *Jornal Valor Econômico*, 25 de janeiro, 2012.a.
- FIORI, José Luís. Para reler o “velho desenvolvimentismo”. São Paulo: *Carta Maior*, 29 de dezembro, 2011.b.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, vol. 15, N. 2 (26), p. 225-256, 2004.
- FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Editora Nacional, 1967.
- GONÇALVES, Reinaldo. O Pensamento Econômico Latino-americano: Crise do Paradigma. *Literatura Econômica*, vol. 6, No. 3, junho p. 347-362, 1984.

- GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e Desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- GONÇALVES, Reinaldo. *Vagão Descarrilhado. O Brasil e o Futuro da Economia Mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- GONÇALVES, Reinaldo. Desempenho macroeconômico em perspectiva histórica: Governo Lula (2003-2010). In: CORECON-RJ. *Os Anos Lula: Contribuições para um Balanço Crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro, Garamond, p. 161-180, 2010.
- GONÇALVES, Reinaldo. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, No. 31, p. 5-30, fevereiro 2012.
- HAMILTON, Alexander. *Relatório sobre as Manufaturas*. Rio de Janeiro: Solidariedade Iberoamericana, 1995 (1791).
- HECKSCHER, Eli. *Epoca Mercantilista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1998 (1935).
- HORNICK, Philipp Wilhelm von. *Austria Over All If She Only Will*, 1684. Disponível: <http://socserv.mcmaster.ca/econ/ugcm/3ll3/hornick/AustriaOverAll.pdf>.
- IEDI, Indústria e Política Industrial no Brasil e em Outros Países. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, São Paulo, maio 2011. Disponível: <http://retaguarda.iedi.org.br/midias/artigos/4e29efc37b032090.pdf>.
- IPEA. *Perspectivas do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA, 2010.
- JONES, R. J. Barry. Neo-mercantilism. In: R. J. Barry JONES (editor) Routledge *Encyclopedia of International Political Economy*. Londres: Routledge, p. 1116-1121, 2001.
- KIRSHNER, JONATHAN. Mercantilism. In: R. J. Barry JONES (editor) Routledge *Encyclopedia of International Political Economy*. Londres: Routledge, p. 1009-1011, 2001.
- LIMA, Heitor Ferreira. *História do Pensamento Econômico no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1976.
- LIST, Friedrich. *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1986 (1841).
- LOONEY, Robert. Neo-liberalism. In: R. J. Barry JONES (editor) Routledge *Encyclopedia of International Political Economy*. Londres: Routledge, p. 1106-1110, 2001.
- LUZ, Nícia Vilela. *A Luta pela Industrialização no Brasil: 1808-1930*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1975.
- MALTA, Maria Mello de et al. *Ecossistemas do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 2010.
- MARINI, Ruy Mauro. La crisis del desarrollismo. In: Marini, Ruy Mauro; MONCAYO, Mária (orgs.). *La Teoria Social Latino-americana*. Tomo II. Cidade do México: El Caballito, 1994.
- MARINI, Ruy Mauro. Las razones del neodesarrollismo. *Revista Mexicana de Sociología*, número especial, 1978.

- MERCADANTE-OLIVA, Aloizio. As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: Análise do governo Lula (2003-2010). Campinas: Tese de Doutorado, 2010.
- MERCADANTE-OLIVA, Aloizio. *Brasil. Primeiro Tempo. Análise Comparativa do Governo Lula*. São Paulo: Editora Planeta, 2006.
- MORAIS, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. *Revista de Economia Política*, vol. 31, Nº 4 (124), p. 507-527, outubro-dezembro 2011.
- MUN, Thomas. *England's Treasure by Foreign Trade*. Londres: Macmillan, 1895 (1664). Disponível: <http://archive.org/details/englandstreasur00mungoog>.
- O'BRIEN, David P. *The Classical Economists*. Oxford: Clarendon Press, 1975.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
- OREIRO, JOSÉ Luís da C. Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica. *Estudos Avançados*, 26 (75), p. 29-40, 2012.
- PEREIRA, José Maria Dias. Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil. Rio de Janeiro, *Cadernos do Desenvolvimento*, vol. 6, Nº 9, p. 121-141, julho-dezembro 2011.
- POLANY, Karl. *A Grande Transformação. As Origens da nossa Época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980 (1944).
- PRADO, Fernando; MEIRELES, Monika. Teoria marxista da dependência revisitada: elementos para a crítica ao novo-desenvolvimentismo dos atuais governos de centro-esquerda latino-americanos. In: CASTELO, Rodrigo (org.) *Encruzilhadas da América Latina no Século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, p. 169-190, 2010.
- PROTEC. *Informativo*. Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica, 2011. Disponível: <http://www.deficitometrotecnologico.org.br/>.
- RIBEIRO, Fernando J. et al. Coeficientes de comércio exterior da indústria brasileira, 1996-2007. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Ano XXII, No. 95, p. 4-26, junho 2008.
- RIBEIRO, Fernando J., POURCHET, Henry. Reflexões sobre exportações e desempenho da indústria brasileira com base em coeficientes de comércio exterior. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Ano XXV, No. 107, p. 4-17, junho 2011.
- ROCHA, Marco Antonio da. Revolução brasileira, dualidade e desenvolvimento: do nacional-desenvolvimentismo à escola de sociologia da USP. In: MALTA, Maria Mello de et al. *Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, p. 191-223, 2010.
- RODRIK, D. "Development Policy and Development Economics: An Introduction" (with Mark R. Rosenzweig), in D. Rodrik and M.R. Rosenzweig (eds.), *Handbook of Development Economics*, vol. 5, North-Holland, 2010.
- RODRIK, D. "Goodbye Washington Consensus, Hello Washington Confusion?" *Journal of Economic Literature*, XLIV, , p. 969-983, December 2006.

- RODRIG, Dani. A practical approach to formulating forth strategies. In: Joseph STIGLITZ; SERRA, N. (eds.) *The Washington Consensus Reconsidered: Towards a New Global Governance*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008.
- ROWTHORN, Robert, COUTTS, Ken. *De-industrialization and the balance of payments in advanced economies*. Genebra: United Nations Conference on Trade and Development, UNCTAD/OSG/DP/2004/4, May 2004.
- RUGIE, John G. International regimes, transactions and change: Embedded Liberalism in the Postwar Economic Order. *International Organization*, vol. 36, Nº 2, p. 379-415, Spring 1982.
- SADER, Emir, GARCIA, Marco Aurélio (orgs.) *Brasil entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- SANTOS, Rodrigo Castelo Branco. Crescimento econômico e equidade social: o modelo novo-desenvolvimentista de intervenção sobre a “questão social”. Fortaleza: III Jornada Internacional de Políticas Públicas, agosto 2007.
- SCHMOLLER, Gustav. *The Mercantile System and Its Historical Significance*. New York: Macmillan, 1896 (1884). Disponível: <http://ia600408.us.archive.org/12/items/mercantilesystem00schm/mercantilesystem00schm.pdf>.
- SHAFAEDDIN, S. M. Trade liberalization and economic reform in developing countries: Structural change or de-industrialization? Genebra: United Nations Conference on Trade and Development, UNCTAD/OSG/DP/2005/5, April 2005.
- SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renaut. Por que Novo-desenvolvimentismo? In: Introdução a SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renaut. *Novo-desenvolvimentismo. Um projeto nacional de crescimento com equidade social*. São Paulo: Manole, 2005.
- SILVA, José Cláudio F. da; MICHEL, Renaut. A macroeconomia da concentração de renda e da estagnação. In: Introdução a SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renaut. *Novo-desenvolvimentismo. Um projeto nacional de crescimento com equidade social*. São Paulo: Manole, p. 165-188, 2005.
- SMITH, Adam. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Nova York: The Modern Library, 1937 (1776).
- STIGLITZ, J. More instruments and broader goals: moving toward the post-Washington Consensus. *Revista de Economia Política*, vol. 19, n. 1 (73), 1999.
- WATSON, M. S. Alison. Liberalism. In: R. J. Barry JONES (editor) *Routledge Encyclopedia of International Political Economy*. Londres: Routledge, p. 930-935, 2001.
- WILLIANSO, John. *A short history of the Washington Consensus*. Barcelona: Fundación CIDOB, 2004.